



A dimensão sensível do ser: correspondências entre a experiência estética e a experiência elementar

The sensitive dimension of being: correspondence between the aesthetic experience and the elementary experience

Roberto Carlos Pires Júnior

Achilles Gonçalves Coelho Júnior

Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros
Brasil

Resumo

Contemplando os aspectos afetivos nas vivências humanas, em nosso trabalho enfocamos a dimensão sensível da experiência. Recorremos às teorizações da experiência estética, forma de conhecimento singular a outros modos de pensamento, e experiência elementar, ímpeto original do homem em ação. Procuramos responder como a experiência estética favorece o reconhecimento da exigência fundamental de ser, núcleo axial da experiência elementar. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de orientação fenomenológica, na elucidação dos elementos essenciais da conversação das literaturas respectivas. As categorias verificadas foram: a) a noção de "experiência", pelo caráter originário e noético; b) a estrutura subjetiva de abertura ao real; c) o campo intersubjetivo que constitui a humanidade; d) o real totalizante como o propósito último do homem; e e) a dimensão ontológica atestada, notavelmente, pela busca do belo. Diante às novidades contemporâneas, destacamos a raiz afetiva da ética na Psicologia como guia em nossa prática, afinando-nos integralmente às expressões singulares.

Palavras-chave: psicologia; experiência estética; experiência elementar; fenomenologia

Abstract

Contemplating the affective aspects of the human experiences, in our work we focus on the sensitive dimension of experience. We resort to the theories of aesthetic experience, a singular type of knowledge and other ways of thought, as well as elementary experience, the original impetus of a man in action. We seek to answer how the aesthetic experience favors recognition of the fundamental exigency of being, axial core of elementary experience. It is a bibliographic research of phenomenological orientation, in the elucidation of the essential elements of the discussion of their respective literatures. The following categories were observed: a) the notion of "experience", by original and noetic character; b) the subjective structure of openness to reality; c) the intersubjective field that constitutes humanity; d) the totalizing reality as the ultimate purpose of man; and e) the ontological dimension testified, remarkably, by the search for beauty. On the contemporary innovations, we highlight the affective roots of ethics in psychology as a guide in our practice, tuning ourselves entirely to the singular expressions.

Keywords: psychology; aesthetic experience; elementary experience; phenomenology

1. Introdução

Oposta à superficialidade que muitas vezes caracteriza nossas relações cotidianas, o trabalho da Psicologia está ancorado na profundidade do encontro manifesta, especialmente,



na totalidade de sua provocação intelectual e afetiva. Imersos em uma cultura tradicionalmente racionalista, cuidamos em nosso trabalho de questões e domínios que persistem aos recortes puramente lógicos e objetivos da realidade, favorecendo o surgimento de particularidades no sujeito relutantes aos ideais de padronização.

Neste artigo contemplaremos um destes domínios, a dimensão estética nas vivências humanas, por reconhecermos a predominância de atravessamentos de cunho sensível no espaço clínico, da insistência de aspectos inicialmente obscuros à intelecção, contudo eloquentes em sua força expressiva. Permeação que parece indiscutível ao se tratar da Psicologia, porém tendente ao esvaziamento e à desatenção, sobretudo mediante práticas de interesse exclusivamente utilitarista, reduzindo toda a sutileza que constitui o trabalho do psicólogo em intervenções técnicas enrijecidas à gestão momentânea da dor.

Com a persistência de sofrimentos desordenados e, frequentemente, inclassificáveis na clínica, a normatização tecnicista através da administração da dor, ou na sua acomodação em modelos julgados adequados, é uma alternativa precipitada que banaliza toda a rica e dinâmica constelação afetiva característica à condição humana. Nessas situações, verificamos a ineficácia em sustentar respostas protocoladas diante uma complexidade pulsante, somente apreensível por uma escuta sensível e receptiva.

Além da questão clínica, a aproximação da Psicologia com as questões estéticas não é de hoje. Enquanto disciplina filosófica, a Estética trouxe problematizações que constituíram solo para as investigações psicológicas, anterior mesmo à sua fundação científica. Não é incomum também identificar a inspiração que muitos dos teóricos da Psicologia tiveram no contato com a arte, cuja apreciação contribuiu no embasamento e consolidação de muitas teorias. Além disso, historicamente, o uso dos recursos artísticos é bastante comum nas intervenções enquanto possibilidade profícua do fazer clínico, individual ou coletivo (Frayze-Pereira, 1994).

Indicada a presença das questões estéticas na Psicologia, para articular essa discussão tomaremos como norte as reflexões da “experiência elementar” (Giussani, 1986/2009; Mahfoud, 2012) que propõe a constatação do ímpeto fundamental do homem de “ser” na realidade, reflexões estas que contribuem na análise crítica de nossa atuação profissional, ao mesmo tempo em que nos oferece suporte de orientação frente à variedade de desafios da contemporaneidade. A questão será de responder em que condição a experiência estética favorece o reconhecimento da exigência fundamental de ser que cada pessoa carrega, identificando as proximidades possíveis nas descrições da experiência estética com a experiência elementar.

Para a articulação dos temas, dirigimos nossa revisão bibliográfica em dois pensadores. Em relação à experiência elementar recorreremos à antropologia filosófica de Luigi Giussani. Nascido em 1922 e falecido em 2005, Giussani ofereceu marcantes contribuições culturais na Itália, cujas reflexões e trabalhos tiveram ampla difusão e circulação nos meios diversos.



Tomamos, para essa investigação, uma de suas obras principais: *O senso religioso* (1986/2009). Nessa obra, Giussani consolida teoricamente o conceito de experiência elementar, colaborando não apenas para a teologia, mas para a reflexão das vivências humanas em outros campos, como as ciências, pedagogia, antropologia, filosofia, entre outros. Neste trabalho, apresentamos a introdução de seu pensamento para a Psicologia por Miguel Mahfoud (2012).

Na experiência estética, considerando a vastidão referencial, adotamos especificamente as reflexões do filósofo Mikel Dufrenne, considerando seu percurso fecundo na fenomenologia e a correspondência com a nossa alçada. Nascido na França no ano de 1910 e falecido em 1995, Dufrenne, a partir da segunda metade do século XX, trouxe uma respeitável contribuição acadêmica e cultural associada ao seu trabalho universitário, seus escritos e sua ligação a outros pensadores, como Paul Ricoeur. Dedicou-se aos campos da antropologia filosófica, filosofia da linguagem e estética. Enquanto esteta, seu percurso iniciou com a *Fenomenologia da experiência estética* (Dufrenne, 1953/1982a, 1953/1982b), uma de suas obras mais importantes, resultante de sua tese de doutorado, onde propôs definir a essencialidade da experiência estética dentre às diversas formas de relação do homem com o mundo. Sua linha de pensamento seguiu a orientação fenomenológica husserliana, todavia atravessada por influências da tradição francesa, em autores como Jean-Paul Sartre e Maurice Merleau-Ponty. Seu trajeto iniciou na descrição do fenômeno, seguido pela sua análise transcendental, findando na identificação da significação metafísica da experiência estética. Deste estudo, Mikel Dufrenne dedicou-se a explorar outras categorias e temáticas afins, originando as obras que aqui destacamos: *A noção de "a priori"* (1959/2010), *O poético* (1963/1969) e *Estética e filosofia* (1967/1981).

Para a apreciação dessa investigação seguimos a orientação fenomenológica (Ales Bello, 2004). A fenomenologia é um método científico de investigação das vivências humanas orientada na captura dos elementos essenciais do objeto investigado e como este se mostra na percepção. Busca-se o sentido dos fenômenos resguardando a complexidade da ligação intencional que une sujeito ao objeto, cujo critério orientador parte da redução eidética (destacar o que é característico ao fenômeno) e a redução transcendental (a análise estrutural da subjetividade). Adequando o método à pesquisa das literaturas, inicialmente tomamos a atitude de redução fenomenológica para distinguir os autores e obras fundamentais, seguido pelo traçado do eixo que alicerça a descrição da experiência elementar e experiência estética. A seguir, fizemos a aproximação das duas teorias, categorizando os elementos coerentes e invariantes nas diferentes obras, apartando-os dos conteúdos díspares. Isto permitiu o delineamento estrutural e a elucidação dos elementos essenciais provenientes desta associação, corroborando os nossos resultados com os próprios autores investigados (van der Leeuw, 1933/2009).



1.1. Experiência elementar na psicologia

“Experiência elementar” descreve a marca interior, original no ser humano, manifesta no conjunto de exigências (de felicidade, justiça, conhecimento, beleza etc.) e evidências fundamentais (da própria condição, de uma realidade maior) que estão no princípio de todo comportamento humano. Trata-se do “ímpeto original com o qual o ser humano se lança na realidade procurando identificar-se com ela por meio da realização de um projeto que imprima à própria realidade a imagem ideal que o estimula interiormente” (Giussani, 1986/2009, p. 27). Reconhecer e afinar-se a esta inquietação fundamental permite ao homem trilhar sua própria liberdade, ao colocar-se na realidade de modo mais autêntico, receptivo e responsável.

Aproximando tal construção à Psicologia, Mahfoud (2012) define ser atribuição do nosso trabalho o reconhecimento dos elementos essenciais da experiência humana no seu próprio dinamismo, fonte de tomadas de decisão genuínas para o sujeito. Antes de impedir a expressão da dor do outro, administrar ou desviar sua angústia, ou tentar adaptá-lo a parâmetros ideais preestabelecidos, o autor propõe localizar a origem do dinamismo propriamente pessoal que constitui o sujeito, permitindo que a unidade da própria experiência ofereça os critérios de avaliação da correspondência entre o que encontra na realidade às suas interrogações radicais.

Para que se seja possível discernir e traçar a conduta da experiência elementar, dentre as diversas outras vivências humanas, os autores designam a metodologia favorável à investigação existencial, caminho este orientado por três premissas básicas.

A primeira premissa é o *realismo* (Giussani, 1986/2009; Mahfoud, 2012). O realismo pressupõe que para conhecer o objeto, o método de compreensão não deve partir de preceitos engendrados pelo sujeito, mas determinado pelo próprio objeto. Adequando a premissa à investigação existencial, em que as próprias vivências são o objeto de análise, o que torna “humana” uma experiência não é o mero “provar algo”: a percepção do objeto apenas no plano das sensações. “Experimentar” confere a implicação da inteligência na compreensão e estabelecimento de um juízo daquilo que é provado. Para todo juízo é necessário um critério pessoal, imanente ao próprio eu. O realismo é o crivo que certifica a tomada da realidade respeitando a sua apreensão total, para além de esquemas e conclusões individualizantes.

A segunda premissa é a *razoabilidade* (Giussani, 1986/2009; Mahfoud, 2012). Considerada exigência estrutural no homem, a razoabilidade é a própria aptidão de exercício da razão entendida como a dinâmica e capacidade de abertura à realidade na totalidade de seus fatores. A abertura total ao real enseja a verificação da experiência no sentido amplo, permitindo ao sujeito conferir no seu próprio dinamismo quando um ato é razoável ou não. Adequar-se a esta premissa permite-o constituir uma “certeza moral” acerca das próprias vivências, realizar transformações no contexto comparando-as consigo mesmo.



A terceira e última premissa é a *moralidade* (Giussani, 1986/2009; Mahfoud, 2012). Aqui é colocada em questão a unidade do eu, pois a razão está enraizada organicamente na pessoa. No contato com a realidade o homem é provocado sensivelmente, o “sentimento” como denominado pelos autores. Enquanto movimento espontâneo e original, e quando colocado em seu devido lugar, o sentimento possibilita a aproximação à verdade do objeto, ratifica o lugar da razão. A moralidade é a postura justa, íntegra, movida pelo desejo de conhecer fielmente o objeto.

Considerando a direção característica desse percurso, o sujeito pode não correspondê-la através de atitudes não razoáveis que impedem o dinamismo de abertura do ser humano a um horizonte total, seja através do esvaziamento da experiência original, seja pela sua redução. Em conformidade ao nosso tema, destacamos a “evasão estética ou sentimental” (Giussani, 1986/2009; Mahfoud, 2012), em que as indagações radicais são aceitas e tomadas em seu reflexo emocional, porém esvaziada à emoção estética, sem comprometimento do eu. Em outras palavras, o sujeito não conclui a experiência com o estabelecimento de um juízo pessoal, ao não avançar do plano da sensação.

Em suma, a verificação e orientação pela experiência elementar visa uma educação para a liberdade ao desenvolver a sensibilidade crítica do sujeito em relação à própria cultura e história, no intuito de sustentá-lo e permiti-lo responder integralmente às solicitações do real. “Liberdade é afirmar aquilo que eu reconheço como fundamental para mim, de modo que nada me impeça de ir em direção àquilo que mais me corresponde” (Mahfoud, 2012, p. 204).

1.2. Experiência estética

No cenário composto pela expansão da força subversiva da arte e a sua pluralização, Dufrenne (1987¹ citado por Morais, 2010) define seu campo de estudo retomando a essência do termo grego *aisthêsis*, referente ao “sentir” e ao “sensível”, rompendo com a tradição filosófica encerrada apenas no “estudo do belo”. Circunscreve a particularidade da experiência estética enquanto experiência do sensível, em que o sujeito deixa-se “sensibilizar”, “tornar-se sensível” a algo. Sentir distingue-se de ser “sentimental”: não se refere à emotividade subjetiva ou a uma reação nervosa. Trata, na verdade, de uma forma específica de reflexão, pré-categorial, anterior à racionalização, no entanto com sentido e valor original.

Deste modo, a dimensão estética que nos reportamos não se resume apenas ao que está relacionado à arte. Inclui objetos, espaços e circunstâncias que apresentam uma expressividade genuína e uma profundidade afetiva à qual nossa sensibilidade é convidada a expandir-se (Dufrenne, 1953/1982a; Morais, 2010; Pinho, 1994). Por este motivo estaremos

¹ Dufrenne, M. (1987). *L'Oeil et l'oreille*. Montréal: L'Hexagone.



neste texto nos referenciando muitas vezes ao universo artístico em respeito ao itinerário seguido pelo teórico que encontrava na obra de arte o objeto estético por excelência. Não obstante, ressaltamos – e defenderemos adiante – que tais reflexões parecem caber, semelhantemente, para outros contextos “estetizantes”, entre eles a própria prática da Psicologia, onde comumente evidenciam-se questões que rompem com as balizas formais do pensamento. Aproximamos, então, o sujeito que demanda uma escuta atenta à sua singularidade, à obra de arte que, analogamente, necessita ser percebida enquanto tal. Comparação esta já cogitada pelo próprio Mikel Dufrenne (1953/1982a) que detém ao objeto estético o estatuto de “quase-sujeito”, visto que a obra constitui-se não apenas de aparência, mas de um poder de expressividade (propriedade também comum ao sujeito) que garante autonomia em relação ao seu autor, enaltecendo-a de uma originalidade que a aproxima à subjetividade.

Posicionando-se avesso às teorias subjetivistas da criação que reduzem a experiência estética às funções psíquicas do artista, Dufrenne (1953/1982a) garantirá o papel principal do fenômeno estético não ao seu criador, e sim ao espectador que o contempla. O que garante à obra de arte exercer sua verdadeira vocação não é exatamente a escolha de uma técnica particular, ou às funções anímicas do artista, mas a atitude estética de acolhimento e disponibilidade ao sensível, próprio ao espectador, cuja percepção irá destacá-la dos objetos ordinários. Neste entendimento, notamos como é tênue a fronteira que distancia o gesto do artista ao do espectador: o autor pode ser considerado o primeiro espectador de sua obra, e o público participa da criação ao dar-lhe acabamento, ao vivenciar e reconhecer sua qualidade expressiva.

Em outras palavras, a estética dufrenniana alicerça-se na ligação intencional sujeito-objeto, porém superando seu viés dualizante. O filósofo distingue “objeto estético” da “obra de arte”: enquanto a última é entendida como “objeto do mundo”, produto da ação do artista suscetível ao olhar desatento, preconceituoso ou utilitário (por via interpretativa, técnica, comercial, etc.); o objeto estético não é nada mais do que a obra de arte percebida por um sujeito fiel à sua exigência estética de expressar-se sensivelmente. Além disso, o objeto estético excede o campo artístico ampliando-se para objetos e contextos que possuam qualidades capazes de revelar a relação sensível. Especificamente, é o modo da percepção que garante a diferença: a vocação da obra de arte é, pois, transcender-se em objeto estético (Dufrenne, 1953/1982a; Morais, 2010; Pinho, 1994; Pita, 1995).

A partir da delimitação dos níveis estruturais do objeto estético, Dufrenne (1953/1982b) prossegue sua análise na descrição do movimento da percepção do sujeito intencionalmente vinculado, retratando a dinâmica própria à experiência estética. A evolução desta vivência assenta-se em três momentos importantes: primeiramente pela presença, seguida pela representação e, por fim, o sentimento. Apesar de categorizados e



analisados separadamente, a experiência desenvolve-se em uma unidade, sem distinção evidente desses planos que atuam conjuntamente.

O primeiro momento, a *presença* (Dufrenne, 1953/1982b), tange o plano imediato da percepção, onde o sentido sensível do objeto estético é apreendido ainda no nível pré-reflexivo, através do entrelaçamento total daquele que sente ao que é sentido. O sensível manifesta-se pela corporeidade, visto que a percepção dá-se primeiro e espontaneamente pelo corpo, antes de chegar ao pensamento. O envolvimento não é irracional, embaraçoso ou disperso, há uma “raiz corporal” do sentido que comove e orienta a percepção nesse terreno pré-categorial (Morais, 2010; Pinho, 1994). No plano da presença é necessária ao espectador a posição de “ativa passividade” (Pita, 1995), em oferecer seu corpo, entregar-se ao “poder de sedução” do objeto estético para que este possa emergir à percepção sem entraves. No entanto, a passividade não se refere à completa alienação do sujeito ao objeto estético, porque é uma atitude ativa e voluntária do espectador desprender-se de tudo que não seja a obra.

Considerando a necessidade de tornar pensável o que foi experimentado corporalmente, o segundo momento, a *representação* (Dufrenne, 1953/1982b), versa sobre o movimento noemático na transposição do nível pré-reflexivo para o pensamento, conferindo consistência e densidade aos elementos vividos corporalmente. Trata-se de um movimento de abertura, em que há o distanciamento do objeto incorporado na presença, tornando possível sua apreensão reflexiva. A imaginação transcendental tem papel importante na representação, não na sua concepção referente à “ilusão” ou “fantasia”, mas na via de “tornar imagem” elementos corporais não visíveis e inexprimíveis à percepção comum, constituindo elo de unificação do corpo ao espírito. A imaginação é capaz de alargar o campo do real por tornar “visíveis” elementos inacessíveis ao pensamento lógico, de revelar um mundo “irrealizável” manifesto no objeto estético. A imaginação deve constituir um movimento espontâneo do conhecimento orientado pelo próprio objeto estético e não uma forma de controle do sujeito (Morais, 2010; Pinho, 1994; Pita, 1995). Na experiência estética, todavia, toda forma de imaginação deve ser superada e reprimida, mesmo a espontânea, considerando que o fim alcançado pelo objeto estético é de revelar um sentido sensível e não uma representação imagética.

Saltando do nível da representação para a reflexão, chegamos ao *sentimento* (Dufrenne, 1953/1982b), o ponto culminante da experiência estética. Trata-se de um novo imediato que atravessou a mediação da representação, doravante destacando uma nova relação, mais profunda, onde a interioridade sensível do objeto estético manifesta-se plenamente em seu ápice. O plano do sentimento especifica algo diferente da simples reação emocional subjetiva. Concerne a um movimento de abertura a um novo horizonte, uma forma singular de revelação, reflexão e conhecimento que excede a qualquer outra forma de pensamento (Morais, 2010). Mesmo intraduzível à linguagem comum, é capaz de comunicar sensivelmente um saber sobre a relação fundamental do homem com o mundo. No plano do



sentimento é exigida uma nova atitude de compromisso da pessoa, porque não se trata mais da esfera subjetiva, e sim ontológica. A profundidade do objeto estético manifesta-se somente a partir do “eu profundo”, o íntimo do próprio sujeito (Pinho, 1994; Pita, 1995).

Formuladas as características essenciais da experiência estética, Dufrenne (1953/1982b; 1959/2010) avança sua análise ao constatar a existência de uma “harmonia pré-estabelecida” que a experiência estética dialoga, de qualidades anteriores à vivência presentes no sujeito como uma estrutura de abertura afetiva e no objeto estético enquanto abertura expressiva. Estes *a priori* objetivo e subjetivo, “cosmológico” e “existencial”, constituem, segundo o autor, a dupla face de um único *a priori* preexistente à polarização sujeito e objeto, conceituado “*a priori* afetivo”. Diz respeito à constituição sensível equivalente ao que sente e ao que é sentido. A compreensão deste conceito permite refletir o significado mais profundo da intencionalidade: designa, por excelência, o elo comum de abertura recíproca que consagra o acordo fundamental de consubstancialidade entre o homem e o mundo. Deduzindo que o elemento sensível fundamental não pode pertencer exclusivamente ao domínio do sujeito, tampouco ao objeto estético, o filósofo conclui que o *a priori* afetivo pertencerá a uma propriedade anterior a esses dois polos, o “ser”: dimensão radical que torna possível a afinidade original entre sujeito e objeto estético, entre homem e mundo.

Adentra-se, por fim, o fundo ontológico da experiência estética, o “retorno ao originário” do reencontro do homem com a “Natureza naturante”: dimensão trasbordante do ser, fonte e energia inesgotável de todos os *a priori*, cuja exterioridade é marcada por uma plenitude totalizante indecifrável a linguagem prosaica, porém traduzida e comunicada pelo discurso poético. Somente através da experiência estética é possível acessar e pensar a anterioridade do ser pertencente e habitado na Natureza (Dufrenne, 1963/1969, 1953/1982b; Moraes, 2010; Pinho, 1994).

2. Correspondências entre a experiência estética e a experiência elementar

Apresentado os pressupostos básicos da experiência elementar e experiência estética, seguiremos a discussão com as categorias correspondentes, identificadas a partir do diálogo entre as teorizações. São essas: a definição de “experiência”, os aspectos estruturais do sujeito, a dimensão intersubjetiva, o real apreendido na sua totalidade e a dimensão ontológica.

2.1. A definição de “experiência”

O primeiro aspecto comum proveniente da conversação entre experiência elementar e estética é que ambas abordam o caráter originário da vivência, no qual o homem constitui a significação da realidade a partir da constatação de um elo primeiro, original, da sua relação com o mundo.



Vemos que a experiência elementar define-se como “o ímpeto original que está na base de todo gesto ou posicionamento humano” (Mahfoud, 2012, p. 31). Giussani (1986/2009) explica que esta marca essencial manifesta-se predominantemente pela intuição, no sentimento inicial do homem de estar diante de uma realidade que não lhe pertence. Paralelamente, por meio da experiência estética o sujeito é reconduzido a uma zona anterior, no ato de “retorno ao originário” (Dufrenne, 1953/1982b; Morais, 2010). O “originário” não se define espacial ou temporalmente. Diz de um modo de ser capaz de nos aproximar das camadas mais profundas do acordo primaveril entre o sujeito e objeto, entre o homem e o mundo.

A confluência das experiências investigadas aponta a perspectiva fundante que certifica o movimento inaugural do ser humano no mundo. Através das próprias vivências, conferida as particularidades que as caracterizam, é permitida à consciência direcionar-se intencionalmente à afinidade originária do homem no real e, conseqüentemente, tornar possível a constituição de uma reflexão sobre.

A meditação acerca da origem é importante. Como Mahfoud (2012) lembra, “para ser original, é necessário partir das próprias exigências originais. Na experiência elementar está a originalidade de seu ser” (p. 141). Em uma postura contrária, quando se adota esquemas exteriores ou genéricos, o indivíduo se aliena, perde sua liberdade. Neste sentido, a experiência estética destaca-se proficuamente à sua intenção. Oferece um caminho de conhecimento, distinto de outras vias habituais, que transmite algo de fundamental do humano:

O homem é um ser-no-mundo. E estar no mundo leva o homem a buscar o fundamento que consiste no acordo do homem com o mundo. Daí a importância da experiência estética. Ela reconcilia o homem consigo mesmo. Ela manifesta a aptidão do homem para a ciência e para a moralidade. E isso porque a experiência estética “se situa na origem, naquele ponto em que o homem, confundido inteiramente com as coisas, experimenta sua familiaridade com o mundo” (Dufrenne, 1967² citado por Figurelli, 1981, p. 13).

A experiência estética evidencia a adesão primeira do homem em ação no mundo. Diz do começo afetivo que irá ecoar, posteriormente, em atitudes superiores habitualmente apartadas de sua gênese sensível pela fragmentação racionalista. Leva o homem a reconhecer a unidade de sua raiz existencial e, acima de tudo, de seu envolvimento íntegro como a realidade. Mais do que experiência da origem, trata-se de atingir um lugar de coexistência à instância donde brota a humanidade (Giussani, 1986/2009; Morais, 2010).

Além da questão da origem, os teóricos sustentam a função noética da experiência, somente constituída a partir do momento em que é possível compreender e estabelecer um conhecimento acerca do que é provado (Mahfoud, 2012; Morais, 2010). A sensação de algo,

² Dufrenne, M (1967). *Esthétique et Philosophie* (Vol. 1). Paris: Klincksieck.



por si só, não garante à pessoa que ela tenha realizado uma experiência de fato. Só será plausível afirmá-la quando for capaz de estabelecer um juízo acerca da percepção. Caso contrário, quando interrompido o percurso de elaboração e busca de sentido, o objeto lhe permanecerá estranho (Giussani, 1986/2009). Experiência, portanto, pressupõe o conhecimento.

O objeto estético significa – ele é belo com a condição de significar – certa relação do mundo com a subjetividade, uma dimensão do mundo; ele não me propõe uma verdade a respeito do mundo, ele me descortina o mundo como fonte de verdade. Pois o mundo não é, para mim, um objeto de saber antes de ser um objeto de deslumbramento e de reconhecimento (Dufrenne, 1967/1981, p. 53).

E é, justamente, a forma particular como nos relacionamos com objeto estético que garante a radicalidade da experiência estética e a originalidade do conhecimento por ela expressa. Através da experiência estética acedemos a uma esfera inacessível à práxis e ao conhecimento científico, podemos desvelar o real, e a própria subjetividade, ao seu âmago sensível. Apesar de não se tratar de um saber racionalizado, ainda assim é uma forma de conhecer (Morais, 2010). Revela algo da realidade muito maior e intenso do que o comumente apreendido pela percepção estereotipada habitualmente vivenciada no cotidiano: é uma forma de apreensão singular em que apenas a espontaneidade, própria à afetividade, pode fixar e comunicar-se poeticamente (Dufrenne, 1963/1969, 1953/1982a, 1953/1982b).

O que se comprova é o movimento próprio da razoabilidade, abertura estrutural no ser humano, orientada na busca de assimilação daquilo que é provocado na realidade. Entretanto, uma vez que estamos examinando o exercício próprio à razão, o que pensar acerca da experiência estética? Não estaria esta confinada à pura “sensação”, conforme advertida pela experiência elementar?

2.2. A abertura estrutural do sujeito

Para responder a essa questão, primeiramente verificamos que o conceito “sentimento” em Dufrenne (1953/1982b) e Giussani (1986/2009) não corresponde. O último define sentimento como um estado de ânimo, uma reação mecânica do organismo. Significado próximo ao que o esteta entende por “emoção”, conceito usado exatamente para desigualar ao “sentimento”, o apogeu da experiência sensível. Este esclarecimento permite compreender a sua defesa de que a experiência estética não se limita somente a um abalo emotivo, mas é capaz de fundar um conhecimento *sui generis*.

O sentimento, na definição dufrenniana, é uma faculdade noética capaz de revelar um conhecimento não imobilizado pelas estruturas representativo-conceituais, tampouco a partir da articulação de argumentos lógicos. Distingue-se das demais formas de pensamento



por sua dinamicidade propriamente poética, de uma abertura intuitiva à aliança sentimento-expressividade que une o sujeito ao objeto estético. Refere-se de uma *connaissance* – no sentido etimológico, em francês, significa “conhecimento”, como pode significar pela homofonia *co-naissance*, “co-nascimento” – capaz de revelar um saber ontológico da consubstancialidade do homem e mundo (Dufrenne, 1963/1969, 1967/1981, 1953/1982b).

O movimento noético que caracteriza as experiências estética e elementar se constitui pela abertura fundamental do sujeito à provocação do real na sua amplitude. Segundo Dufrenne (1959/2010), o pensamento compõe um movimento transcendente puro do ser que impulsiona o homem a confrontar-se com um além da razão.

Concluimos que a disposição razoável de abertura encontra-se no ser humano anterior mesmo ao que delimitamos como o pensamento lógico-racional que, por sua vez, abrange apenas um plano da realidade (Morais, 2010). Giussani (1986/2009) considera que o âmbito da razoabilidade não se reduz ao que é restritamente “demonstrável”, menos ainda ao que se submete a um ideal de coerência lógica. O que a experiência estética desvenda é a unicidade do intelecto, a raiz sensível/razoável do ser humano provocado pelo real na sua totalidade: “portanto, o poeta não é um louco, mas é supremamente lúcido, e o além da razão, onde ele se situa, ainda é razão” (Dufrenne, 1963/1969, p. 153).

A disposição de abertura do sujeito admite uma visão de homem íntegra, não dividido racional-sentimentalmente. O sentimento e valor, razão e afetividade são intimamente correlatos. Como a experiência elementar esclarece a partir da moralidade, a dimensão afetiva quando colocada em seu justo lugar é capaz de aproximar o objeto para conhecê-lo, ajuda o sujeito a prestar atenção em si mesmo, cuja vibração orienta à atitude autêntica (Giussani, 1986/2009; Mahfoud, 2012). Da mesma maneira, a vivência estética pressupõe a oscilação e o progresso dialético entre a atitude crítica e a atitude sentimental para a compreensão do objeto estético, sendo que a reflexão prepara o sentimento e o ilumina, e o sentimento apela à reflexão e a serve como guia (Dufrenne, 1953/1982b; Figurelli, 1981).

É significativo ressaltar o foco na dinâmica da razoabilidade, pois esta garante ao sujeito afirmar-se a si mesmo e fazer o exercício da liberdade. Esse compromisso, na experiência estética, permite o sujeito harmonizar-se com o real, revelando uma extraordinária força projetiva da existência humana que liga o homem ao mundo. “Mediante esta abertura, a estética reforça mesmo a sua capacidade para inspirar novos modelos de saber, outras atitudes epistêmicas e fórmulas culturais, assim como uma pluralização de discursos” (Morais, 2010, pp. 23-24).

Semelhantemente, na experiência elementar, sua vivência proporciona um ensinamento, educa a atenção mediante a experiência mesma: “atenção no sentido de estar diante de outro e colher o que está emergindo, identificar algo de precioso que está ali e possibilitar que ele responda” (Mahfoud, 2012, p. 205).



O desígnio último da razoabilidade é o reconhecimento de seu propósito além dos limites do intelecto. Seu destino é a apreensão da realidade em sua dimensão totalizante. Os autores referem-na como um “além”, um “infinito”, um “absoluto”, algo exterior à própria subjetividade e, ao mesmo tempo, intimamente vinculada. O sujeito, constituído por uma exigência de resposta contínua, busca na realidade algo sempre maior do que o encontrado, provocando-o a movimentar-se pelo desejo de ir em direção a todas as coisas (Giussani, 1986/2009). Por este motivo, a dimensão humana da abertura contínua ao real, que participa do desenvolvimento das experiências estética e elementar, no seu ponto mais elevado garante peso de significação metafísica.

2.3. A dimensão intersubjetiva da experiência

Com considerações que ressoam familiarmente na nossa prática profissional, privilegiaremos agora a esfera intersubjetiva em evidência tanto na experiência elementar como na experiência estética. Enfocaremos as duas faces deste campo: o reconhecimento do outro integralmente e a correspondência desta relação com a própria subjetividade.

Considerando a questão da abertura estrutural do ser humano, Mahfoud (2012) formula uma crítica acerca do risco comum da profissão do psicólogo, de uma escuta que não privilegia o dinamismo essencial próprio do sujeito que se apresenta com a sua experiência, em nome de uma praxe teórica previamente estabelecida: “não reconhecendo tal percurso humano, inventamos modelos de homem, tomamos um aspecto preferido passando a definir todo o homem por ele, esvanecendo a abertura para a totalidade e perdendo de vista a pessoa mesma” (p. 114).

Ameaça semelhante é igualmente advertida pelo Mikel Dufrenne (1953/1982a). Como argumenta, a experiência estética é experiência de alteridade, de contato puro, quase orgânico com o objeto estético, este convidado a aparecer mediante o silenciamento da subjetividade do espectador (Pinho, 1994). Um imprevisível encontro com um objeto que conquista o lugar de “quase-sujeito”, através da comunicação de uma interioridade incorruptível e autônoma, comportando em si certo mistério, gerando sempre novo impacto ao espectador (Morais, 2010).

Estruturalmente, o objeto estético se oferece à percepção enquanto expressividade. Para que seja reconhecido, exige do sujeito a postura de passividade e acolhimento da sua exigência de ser. Para que a obra de arte possa aceder-se em objeto estético será necessário do sujeito aceitação e reverência, coibindo-se de toda tentativa de controle e instrumentalização do objeto (Pinho, 1994).

Portanto, o que está descrito na experiência de encontro pelos autores é a condição de aceitação autêntica do outro, não submetida a juízos prévios e preconceitos (Giussani, 1986/2009; Moraes, 2010). Para a vivência da experiência não é necessário ao sujeito o conhecimento formal ou informações preconcebidas sobre o objeto. Exige-se somente a



disponibilidade de abertura. Certamente, não é um movimento que ocorre de forma natural e espontânea. É importante o contínuo esforço e preparo da atenção, podendo no decurso da experiência ser aprimorada.

A responsabilidade de compromisso com o outro exige uma transformação do próprio sujeito, de colocar a si mesmo em questão, de responder ao encontro com sua própria profundidade: quanto mais profundo o sujeito se desvela e se manifesta, mais seguro estará face à alteridade (Dufrenne, 1953/1982b; Mahfoud, 2012; Morais, 2010).

O que verificamos na experiência de encontro, nos pormenores das experiências estética e elementar, é o surgimento de um ato consonante entre a nossa subjetividade e o outro. Reconhecer de maneira fiel e autêntica a quem nos apresenta, equivale a afirmar a nossa própria subjetividade em jogo nesta relação: “o sujeito, em lugar de simplesmente se projetar a si mesmo no objeto, *recebe* do objeto estético um (novo) modo de ser. Autocompreende-se, *deixando-se conduzir* na direção de sentido, ou na atmosfera de mundo, que o objeto estético propõe” (Pinho, 1994, p. 384, *itálicos da autora*).

Podemos apreender, a partir do encontro sensível, a emergência de uma dimensão primeira, anterior à polarização objetiva e subjetiva, que diz do humano e da ressonância fundamental da profundidade constituinte do outro e do próprio eu. Verificamos na relação intersubjetiva a comunicação de algo essencial entre alteridades, entre o sujeito e o objeto estético, o que permite sintonizarmos às exigências estruturais do outro, como também promove a expansão íntima da natureza humana, ao incluirmos a nossa própria subjetividade nesta relação. O sujeito só se constitui e se firma enquanto tal a partir do momento que reconhece o outro. Inclusive, o sentido da própria existência se refere à presença de uma alteridade, nas suas mais diversas expressões (Giussani, 1986/2009; Mahfoud, 2012; Morais, 2010; Pinho, 1994).

A experiência estética reconduz a esse âmbito fundamental da intersubjetividade humana, principalmente através do esclarecimento sensível promovido pelo sentimento, onde a ligação do modo de ser do sujeito (sensibilidade) com o modo de ser do objeto (expressividade) revela uma qualidade correlata que torna possível que este objeto apareça ao sujeito e manifeste sua intimidade, o próprio “ser” (Dufrenne, 1967/1981; Pinho, 1994). Permite o sujeito reconciliar-se consigo mesmo ao se abrir para o objeto estético e colher um sentido, transportando-o a uma realidade maior, algo que extrapola suas referências engessadas.

Deparamos mais uma vez com essa dimensão metafísica, o “real”: “A subjetividade descobre-se infinita não porque é transcendente, mas porque originalmente está em conformidade com o mundo” (Dufrenne, 1963/1969, p. 137). Giussani (1986/2009) assinala que afirmar a si mesmo ocorre não pela afirmação do eu, e sim na afirmação do ser que transcende à própria individualidade. Certificar-se verdadeiramente, portanto, pressupõe aceitar o real na sua completude.



Todavia, considerando o movimento razoável de abertura ao real, o sujeito pode adotar posturas que impeçam essa dinamicidade, comprometendo a experiência mesma. Na experiência elementar identificamos esse obstáculo, sobretudo, quando o sujeito fecha em si mesmo, desconsiderando a novidade e a totalidade da realidade que o rodeia. A autoafirmação dificulta o reconhecimento do outro e do real, por colocar como parâmetro não a abertura totalizante, mas o encerramento da realidade às concepções pessoais do próprio eu (Giussani, 1986/2009; Mahfoud, 2012).

Do mesmo modo, a postura autoafirmativa na experiência estética é bastante nociva, considerando que o objeto estético como um “outro” precisa ser reconhecido, não enquanto uma projeção psicológica do artista ou do espectador (Pinho, 1994). Uma forma danosa de controle que o sujeito pode exercer ao objeto estético é mais evidente no momento da representação, onde a imaginação, quando não espontânea, pode obscurecer a obra (Dufrenne, 1953/1982b; Morais, 2010; Pita, 1995). O objeto estético tem a exigência interior de ser reconhecido na sua perfeição e não necessita ser completado pela imaginação do espectador a partir de suas próprias fixações, como se a obra estivesse deformada ou inacabada, ou como se houvesse um objeto real por detrás das aparências.

Ponto que tem grande correspondência à experiência elementar, especialmente do encontro na Psicologia, em que “não se trata de criar, mas de reconhecer a dinâmica que é própria do humano e nos sintonizarmos com ela. Trabalhamos para acompanhar essa dinâmica, favorecê-la” (Mahfoud, 2012, p. 69). É destino desse contato profundo alcançar um significado que excede àquilo que já se sabe ou se acredita saber.

Além disso, considerando o intuito de nossa investigação, dentre os esvaziamentos definidos pelo Giussani (1986/2009) destacamos a “evasão estética e sentimental”:

Nesta postura, o homem aceita as perguntas, mede-as, calibra-as, por meio do sentimento, mas sem compromisso pessoal do eu. Não há um comprometimento da sua liberdade, mas apenas a satisfação expressiva do reflexo emocional suscitado pela interrogação. A busca do sentido da vida, a urgência, a exigência de um sentido para a vida torna-se um espetáculo de beleza, assume uma forma estética (Giussani, 1986/2009, p. 111).

Essa análise aproxima-se ao que Dufrenne (1953/1982b) entendia por “emoção”, também dissuadida por ele. A experiência estética sustenta-se no compromisso e adesão do sujeito para que seja capaz de acessar um saber ontológico. A experiência estética diferencia o “eu superficial” do “eu profundo”: o primeiro tem índole transitória, descompromissada, emocional. O eu profundo tem caráter transformador, de revelação da profundidade do próprio sujeito ao atestar a profundidade do objeto estético (Morais, 2010; Pinho, 1994). Tal como a experiência elementar nos orienta, a experiência estética está implicada com o exercício da liberdade mediante a afirmação do ser.



2.4. O real totalizante

Todas as verificações acerca da abertura estrutural do sujeito culminaram na necessidade do reconhecimento global da realidade. Lemos na afirmação do Dufrenne (1963/1969) que a experiência sensível faz perceber como estamos enraizados no real. Semelhante conclusão apresenta-se na experiência elementar: “é muito interessante porque nós somos feitos para o encontro com a realidade. A realidade nos salva” (Mahfoud, 2012, p. 93).

A profundidade da experiência sensível, indicada distintamente no objeto estético e no sujeito, não pertence exclusivamente a nenhum desses extremos. Ao designar uma categoria *a priori* fundante da aliança sujeito e objeto, anterior ao *logos*, Dufrenne (1963/1969, 1953/1982b, 1959/2010) desvenda um domínio essencial que comunica a raiz afetiva da subjetividade, como é também expressa na obra de arte. Essa anterioridade, no âmbito do ser, é denominada “Natureza” pelo autor, fonte de todos os *a priori* afetivos. “Assim dir-se-ia que a estética se realiza como momento do absoluto ou como absoluto, e que ao mesmo tempo aclara e faz pressentir o que é o absoluto” (Dufrenne, 1953/1982a, p. 20, tradução nossa). A dinâmica da razão na vivência das experiências elementar e estética encaminha o sujeito à conclusão do caráter descomunal da realidade que supera a própria racionalidade, algo que sinaliza o desconhecido, o ilimitado e o impossível de ser contornado pelo domínio lógico formal. Quanto mais o homem adentra na realidade, mais se depara com o incomensurável, o mistério (Giussani, 1986/2009; Mahfoud, 2012). A fidelidade à exigência de razoabilidade conduz o sujeito ao estado último de proximidade a esse absoluto pleno, sendo assim capaz de reconhecer e assumir a existência do incompreensível, de um “além” que não se contem à razão (Morais, 2010).

O caráter desmedido do real é descrito frequentemente pelos autores da experiência elementar e estética. Por meio delas, resguardando suas peculiaridades, é intercedido o acesso do homem a essa vastidão intangível.

Evidencia-se, pois, o fim interminável da trajetória estrutural da razoabilidade, cujo propósito, apesar de circunscrever-se superior à subjetividade, tem grande atribuição na constituição desta. Grandeza que, embora incógnita, é bastante familiar ao ser humano. Fechar-se a esta perspectiva é desconsiderar a própria posição existencial de ir direção ao infinito (Giussani, 1986/2009; Mahfoud, 2012; Morais, 2010).

É muito maior e muito mais verdadeiro amar o infinito, isto é, abraçar a realidade e o ser, em vez de afirmar-se a si mesmo diante de qualquer realidade. Porque, na verdade, o homem afirma verdadeiramente a si mesmo somente quando aceita o real; tanto é verdade que o homem começa a afirmar a si mesmo aceitando existir, isto é, aceitando uma realidade que não lhe foi dada por si mesmo (Giussani, 1986/2009, p. 28).



Similarmente, diante o objeto estético – ou “quase-sujeito” – defrontamos um mundo absoluto, de significações com proporções oceânicas. O objeto estético evidencia tanto a sua substancial dimensão cosmológica, como anuncia seu eco existencial no próprio sujeito, induzindo-o a envolver-se de uma atmosfera cada vez mais totalizante. Por esse motivo, ao abraçar sensivelmente a exigência infinita do objeto estético, o sujeito atesta a profundidade que o constitui (Dufrenne, 1953/1982a, 1953/1982b; Morais, 2010). Portanto, a experiência sensível, excepcionalmente, é fonte duradoura e interminável de humanidade, onde o homem pode desfrutar de seus sentidos continuamente.

2.5. Dimensão ontológica da experiência

Finalmente adentramos ao que é, provavelmente, o tópico central de nossa investigação, da riqueza mais profunda das vivências analisadas. Encontramo-nos, agora, com a emergência do “ser”, unidade superior à divisão sujeito-objeto, atmosfera abundante de significações acerca da condição existencial do homem vinculado ao real. Elevamo-nos, pois, à dimensão ontológica da experiência elementar e experiência estética.

Experiência ontológica “no sentido giussariano pode ser tomada como a apreensão vivencial do ser na experiência mesma, particularmente, na experiência de autoconsciência da pessoa em ação na relação com a realidade” (Mahfoud, 2012, p. 59). Na estética de Dufrenne, “ontológico” diz do retorno à esfera do “ser” mediante o acordo homem e mundo, confluência guiada pela abertura que os constitui. Concluimos que a dimensão ontológica refere-se à unidade homem-real consagrada pelo movimento congruente da experiência. Compreendida não apenas na dimensão espiritual, mas vivenciada corporalmente no mundo sensível (Morais, 2010; Pinho, 1994).

A propriedade do ser na experiência estética revela-se esplendorosamente no sentimento ao evocar o *a priori* afetivo, a marca equivalente e ressonante entre o sujeito e o objeto. A exigência de ser da obra de arte ultrapassa, mesmo, o poderio de seu criador, pois trata de algo superior a ordem subjetiva. A singularidade do artista, que o estimula interiormente na sua criação, ao transpor-se no objeto estético enquanto expressividade redimensiona seu propósito a um valor universal acessível a um espectador atento. Dufrenne (1963/1969) afirma que, mais do que individualidade, o artista quer manifestar o ser, cuja beleza e expressividade, reconhecidas pelo público, confirmam a sua presença.

Por este motivo resgatamos a influência da dimensão estética nos seus vários contextos. Asseveramos à importância do seu reconhecimento para uma compreensão fiel da natureza humana. A experiência estética, segundo o filósofo, conquista o caráter existencial incontestável, ao submergir nas raízes afetivas do homem em ação no mundo, extensão proeminente às aparências de uma realidade prática saturada pela percepção fria e distante (Pinho, 1994).



A exigência de ser é o alicerce nuclear da experiência elementar, manifesta nas exigências e evidências fundamentais (Giussani, 1986/2009; Mahfoud, 2012). Considerando a nossa perspectiva, refletiremos uma dessas exigências, na qual o homem busca afirmá-la continuamente na realidade: a sede infinita de beleza, a necessidade do belo.

Dufrenne tratou da beleza de forma bastante cautelosa ao longo de seu percurso. Devido à dilatação das fronteiras e ascensão das manifestações artísticas que contestavam os parâmetros normativos tradicionais, o filósofo percebia a tendência da relativização do conceito de belo, sustentada por uma apreciação subjetivista que desacredita na veracidade de qualquer juízo de gosto. Por outro lado, identificava o risco de cair em uma reatividade dogmática, através da monopolização do conceito de belo, em defesa a um ideal regulador hostil à dinâmica subversiva própria à arte, sobretudo aos limites estabelecidos pela sociedade cultural (Morais, 2010).

O esteta defende que “belo” não é uma regra. Designa um valor em um objeto que certifica verdadeiramente a plenitude do seu ser. Para que um objeto seja considerado belo é necessário que responda fielmente a sua necessidade interna de expressividade: “o objeto belo é aquele que realiza, no apogeu do sensível, a adequação total do sensível e do sentido e que assim, suscita o livre acordo da sensibilidade e do intelecto” (Dufrenne, 1967/1981, p. 51).

Logo, em oposição a toda tentativa de estabelecimento de uma regulamentação, “a norma do objeto estético é sua vontade de absoluto” (Dufrenne, 1953/1982a, p. 33, tradução nossa). É esta a qualidade que exerce atração à subjetividade e que permite o exercício de uma percepção que faça justiça à sua força expressiva, por meio do acordo do intelecto com a sensibilidade, revelando a existência de um sentido razoável ainda nas raízes afetivas do homem (Morais, 2010).

O tema da beleza toma uma configuração mais importante ao contemplar o homem enquanto ser-no-mundo: “ele tem necessidade de se sentir bem, no mundo, entre as coisas. E pelo fato de precisar se sentir no mundo, o homem tem necessidade do belo. Ele é capaz tanto de apreciar, quanto de criar beleza” (Figurelli, 1981, p. 14). A beleza é a expressão maior da afinidade do homem ao real, cujo valor revela o grau de nosso bem estar com o mundo. Designa algo essencial que o homem procura na sua existência, suscitando aos espectadores, a cada contato, uma nova lição de estar no mundo:

O belo é esse valor que é experimentado nas coisas, bastando que apareça, na gratuidade exuberante das imagens, quando a percepção cessa de ser uma resposta prática ou quando a *praxis* cessa de ser utilitária. Se o homem na experiência estética, não realiza necessariamente sua vocação, ao menos manifesta melhor sua condição: essa experiência revela sua relação mais profunda e mais estreita com o mundo. Se ele tem necessidade do belo, é na medida em que precisa se sentir no mundo. Estar no mundo não é ser uma coisa entre as coisas, é sentir-se em casa entre as coisas, mesmo as mais



surpreendentes e as mais terríveis, porque elas são expressivas (Dufrenne, 1967/1981, p. 25).

Giussani (1986/2009) sustenta que a beleza é uma das exigências fundamentais do humano, expressão da exigência de ser, onde o homem, quanto mais se aproxima da beleza, mais se defronta com algo excedente no horizonte. Essa plenitude contemplada como uma exterioridade, não está tão afastada da fundação de nosso próprio íntimo. A experiência estética medita o quanto estamos entrelaçados, originalmente, a essa presença infinita.

Encontramos, portanto, o elo fulcral entre a experiência estética e a experiência elementar, onde cada uma, ao seu modo específico, harmoniza o homem à instância do ser, fonte perpétua de significações da nossa condição no mundo. Segundo Mahfoud (2012), o maravilhamento é a primeira certificação que a pessoa vivencia quando se dá conta de suas perguntas radicais. Tal como a experiência estética, na experiência elementar o sujeito é provocado sensivelmente a reconhecer que algo grandioso se apresenta em seu horizonte: “a experiência elementar é vivenciada como um acontecimento, como um desconcerto que faz reorganizar tudo” (p. 77).

A dimensão sensível do ser é o hífen correlato da experiência estética à experiência elementar, capaz de auxiliar a nossa percepção ao deslumbramento dos elementos fundamentais da experiência humana. Isso porque a qualidade afetiva original diz de um princípio de organização simbólica do mundo expresso, seja pelo outro, seja pelo objeto estético. A comoção e mobilização da experiência estética induz todo o ser, garantido a unificação do sujeito, abarcando-o sensível e significativamente, uma vez que o objeto belo invade e emociona imediatamente mais que qualquer outro (Dufrenne, 1967/1981; Mahfoud, 2012; Morais, 2010).

3. Considerações finais

Um dos desafios emergentes da nossa profissão é a de reaver a autenticidade afetiva do indivíduo alheio a sentimentalismos cinzelados pela massificação midiática. Outra questão que nos apresenta, especialmente se tratando da pós-modernidade, é o acolhimento de sofrimentos carentes de sensibilidade e sentido, ocasionados pelo embrutecimento de uma relação superficial e descompromissada como o real, procedendo no esmaecimento do sujeito à sua marca original, o ser.

Se refletirmos os propósitos da Psicologia adentrando, por exemplo, no campo da clínica, verificamos que nos é demandado algo superior ao mero esclarecimento racional do sintoma. É-nos exigido a escuta, o silêncio, a voz do sujeito angustiado que, na relação com o psicoterapeuta, reescreve sua própria história, compõe novos recursos. O reconhecimento da dimensão estética é capaz de servir-nos como norte propedêutico de renovação do olhar e da sensibilidade, de afinar sentidos às provocações fundamentais sublinhadas pela experiência elementar.



Por outro lado, seria insensato e incoerente desmerecermos o conhecimento científico em nome do conhecimento puramente sensível. O que contemplamos, na verdade, é o resgate da unidade de um saber tão caro à Psicologia que, mediante as configurações e imposições do racionalismo e do cientificismo, está propensa a ser isolada, menosprezada e, mesmo, “esquecida” na nossa atuação. A produção teórica da Psicologia, distinta de outras formas de ciência, persiste no reconhecimento da complexidade que constitui o humano, da emergência de particularidades que ultrapassam aos parâmetros teóricos. Frente à flexibilidade de nossa prática, parece não ter motivo maior que sustente a definição que comumente a nomeamos: “uma arte”.

Diante à anomia de nosso tempo, do surgimento de novos sofrimentos emudecidos de sentido, porém falantes nos corpos dos sujeitos contemporâneos, talvez seja necessário, mais do que nunca, reconsiderar em nosso trabalho a dimensão de uma “est-ética”: ética que, em sua raiz afetiva, amplie a nossa compressão do “estranho” do sintoma onde, propriamente, refugia a singularidade insistente à logicidade ideal. Ética que fomenta e renova a reflexão da condição humana, envolvendo não somente o pensamento, como a sensibilidade que a vincula. Ética que nos conduza inteiramente na ação, para além da justificativa racional, o compromisso sincero e apaixonado com o nosso fazer.

Referências

- Ales Bello, A. (2004). *Fenomenologia e ciências humanas: psicologia, história e religião* (M. Mahfoud & M. Massimi, Org.s e Trad.s). Bauru: Edusc.
- Dufrenne, M. (1969). *O poético* (L. A. Nunes & R. K. de Souza, Trad.s). Porto Alegre: Globo. (Original publicado em 1963).
- Dufrenne, M. (1981). *Estética e filosofia* (2a ed.). (R. Figurelli, Trad.). (Coleção Debates). São Paulo: Perspectiva. (Original publicado 1967).
- Dufrenne, M. (1982a). *Fenomenología de la experiencia estética: el objeto estético* (Vol. 1). (R. de la Calle, Trad.). Valência: Fernando Torres. (Original publicado em 1953).
- Dufrenne, M. (1982b). *Fenomenología de la experiencia estética: la percepción estética* (Vol. 2). (C. S. Llabata & A. R. Sánchez, Trad.s). Valência: Fernando Torres. (Original publicado em 1953).
- Dufrenne, M. (2010). *La noción de “a priori”* (T. Checci, Trad.). Salamanca: Sígueme. (Original publicado em 1959).
- Figurelli, R. (1981). Introdução à edição brasileira. Em M. Dufrenne. *Estética e Filosofia* (2a ed., pp. 7-19). São Paulo: Perspectiva.



- Frayze-Pereira, J. A. (1994). A alteridade da arte: estética e psicologia. *Psicologia USP*, 5(1-2), 35-60. Recuperado em 12 de outubro, 2014, de pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousp/v5n1-2/a04v5n12.pdf
- Giussani, L. (2009). *O senso religioso* (P. A. E. Oliveira, Trad.). Brasília: Universa. (Original publicado em 1986).
- Mahfoud, M. (2012). *Experiência elementar em psicologia: aprendendo a reconhecer*. Brasília: Universa.
- Morais, C. A. S. B. (2010). *O impulso metafísico na experiência estética: itinerário da fenomenologia "afectiva" de Mikel Dufrenne*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Universidade Católica Portuguesa, Porto, Portugal.
- Pinho, E. (1994). A estética de Dufrenne ou a procura da origem. *Revista Filosófica de Coimbra*, 6, 361-396. Recuperado em 12 de outubro, 2014, de www.uc.pt/fluc/dfci/publicacoes/estetica_dufrenne
- Pita, A. P. (1995). Presença, representação e sentimento: configuração da experiência estética segundo Mikel Dufrenne. *Revista Filosófica de Coimbra*, 4(7), 131-162. Recuperado em 12 de outubro, 2014, de www.uc.pt/fluc/dfci/publicacoes/presenca_representacao_sentimento
- van der Leeuw, G. (2009). A religião em sua essência e suas manifestações: fenomenologia da religião, 1933, epílogo. *Revista da abordagem gestáltica*, 15(2), 179-183. (A. F. Holanda, Trad.). (Original publicado em 1933). Recuperado em 12 de outubro, 2014, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v15n2/v15n2a14.pdf>

Notas sobre os autores

Roberto Carlos Pires Júnior é psicólogo graduado pelas Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros - FIPMoc. Atualmente é residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. E-mail: robertopiresjr@yahoo.com

Achilles Gonçalves Coelho Júnior é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - FFCLRP/USP, mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e Professor de Psicologia nas Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros - FIPMoc. E-mail: achillescoelho@yahoo.com.br

Data de recebimento: 12/02/2015

Data de aceite: 09/11/2015